

5. Pós-modernismo *versus* racionalismo: o debate pós-positivista

[As] genealogias não são portanto retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exacta, mas anti-ciências. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa.

Michel Foucault¹

Antes de mais, é necessário efectuar uma precisão terminológica e clarificar o conteúdo deste capítulo. O que normalmente é designado por abordagens pós-positivistas abrange um leque muito amplo e heterogéneo de autores, de ideias e de discursos, tais como os chamados estudos críticos, os pós-modernistas ou pós-estruturalistas, as feministas, os construtivistas² etc., pelo que, por simplificação, apenas vamos fazer incidir a nossa análise sobre duas das correntes que pretendem ter um impacto mais profundo sobre a tradicional abordagem racionalista das RI, de cariz mais ou menos empiricista-positivista. Essas correntes são os os estudos críticos e o chamado pós-modernismo ou pós-estruturalismo.

¹ Foucault (1977: 171).

² O termo «construtivismo» foi introduzido na literatura das RI por Nicholas Onuf (1989), tendo, desde então, vindo a ganhar um peso progressivo nos seus conteúdos. O construtivismo assenta no pressuposto de que o objecto de estudo da disciplina – as relações internacionais – são uma «construção social», podendo assumir formas bastante diversificadas, tal como explica Alexander Wendt (1999 [2000]: 1): «In recent academic scholarship it has become commonplace to see international politics described as 'socially constructed'. Drawing on a variety of social theories – critical theory, postmodernism, feminist theory, historical institutionalism, sociological institutionalism, symbolic interactionism, structuration theory, and the like – students of international politics have increasingly accepted two basic tenets of 'constructivism': (1) that structures of human association are determined primarily by shared ideas rather than material forces, and (2) that the identities and interests of purposive actors are constructed by these shared ideas rather than given by nature. The first represents an 'idealist' approach to social life, and in its emphasis on the sharing of ideas it is also 'social' in a way which the opposing 'materialist' view's emphasis on biology, technology, or the environment, is not. The second is a 'holist' or 'structuralist' approach because of its emphasis on the emergent powers of social structures, which opposes the 'individualist' view that social structures are reducible to individual. Constructivism could therefore be seen as a kind of 'structural idealism'».

A abordagem dos estudos críticos

O debate pós-positivista tem, nos chamados estudos críticos, que se consideram herdeiros, seguidores, ou, pelo menos, inspirados pelos trabalhos da Escola de Frankfurt, um primeiro corpo teórico de referência, que é utilizado para a contestação feita ao *mainstream* teórico dominante na disciplina de orientação empiricista-positivista, representado, sobretudo pelo realismo e neo-realismo. Antes de mais, impõe-se também aqui clarificar o que se deve entender por Escola de Frankfurt, à qual estão ligados vários nomes de pensadores da primeira metade do século XX, como o do seu co-fundador, Theodor Wiesengrund-Adorno, o do seu director Max Horkheimer, o de Herbert Marcuse numa fase posterior, e, já na segunda metade do século XX, o de Jürgen Habermas. Para os mais meticolosos em questões de datas, podemos adiantar que esta foi criada fisicamente na cidade de Frankfurt, na Alemanha do pós I Guerra Mundial, por decreto do Ministério da Educação (1923), durante a vigência da conturbada República de Weimar, que vigorou deste o fim da Alemanha imperial, em 1918, até à ascensão de Hitler ao poder, em 1933. Originalmente, surgiu sob a forma de Instituto de Pesquisas Sociais como um projecto de ensino e investigação na área da Sociologia. Todavia, foi só com a reorganização da instituição empreendida por Max Horkheimer, a partir de 1931, que o nome Escola de Frankfurt começou a ganhar notoriedade no exterior e a passar a ser também conotada com a chamada «teoria crítica». As alterações introduzidas por Horkheimer, e o posterior encerramento da Escola em Frankfurt, durante o período nazi, levaram a que a designação acabasse por perder o seu cunho geográfico como principal referência, em detrimento de outras conotações entre as quais se destaca a referida orientação de teoria (Assoun, 1987: 23):

«A escola de Frankfurt» é assim uma etiqueta que serve para marcar um acontecimento (a criação do Instituto), um projecto científico (intitulado «filosofia social»), uma atitude (baptizada «Teoria Crítica»), enfim uma corrente ou movimentação teórica, ao mesmo tempo contínua e diversa (constituída por individualidades pensantes). Sendo isso tudo, é mais do que isso: um fenómeno ideológico que produz curiosamente os seus próprios critérios de identificação através do seu processo criador.

Essa notoriedade ficou indubitavelmente ligada à actuação de Horkheimer na primeira metade do século XX. Ainda em 1931, apresentou a instituição como tendo passado a ter um projecto de actuação na área da «filosofia social», uma espécie de amálgama das diversas Ciências Sociais e Humanas. Mas, foi num manifesto intitulado *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, publicado sob a forma de artigo na revista alemã *Zeitschrift für Sozialforschung* (1937), que a expressão «teoria crítica» ganhou contornos mais precisos. Esta foi formulada por Horkheimer por oposição à teoria que designou por «tradicional», como «o aspecto intelectual do processo histórico de emancipação», numa formulação que pretendeu, deliberadamente, subverter a separação entre conhecimento e transformação histórica, característica da teoria tradicional (Assoun, 1987: 15). Já na segunda metade do século XX, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas foram os mais importantes continuadores da orientação de teoria crítica inicialmente proposta por Horkheimer, nos primórdios da Escola de Frankfurt.

Este tipo de ideias oriundas da Filosofia e da Sociologia, tiveram, e têm, repercussões significativas também no campo das RI, dado o seu carácter eminentemente pluridisciplinar, que as coloca numa posição de constante abertura face às correntes com origem nas diferentes Ciências Sociais e Humanas. Na Europa, um dos meios académicos das RI que parece mostrar mais receptividade a este tipo de ideias é o da Escola Inglesa, ou, pelo menos, de alguns membros da Escola Inglesa, especialmente na Universidade de

Gales, em Aberystwyth, a instituição onde, como já vimos, surgiu, pela primeira vez uma cátedra autónoma de Relações Internacionais. Ken Booth, Steve Smith e Richard Win Jones, entre outros, encontram-se entre os principais impulsionadores dos chamados «estudos críticos», assumidamente inspirados na teoria crítica da Escola de Frankfurt. Mais ou menos inspirada por esta corrente encontram-se também trabalhos teóricos de relevo desenvolvidos em algumas das principais universidades dos países Escandinavos, no âmbito da tradição nórdica dos «investigadores da paz», associada ao já referido Instituto Internacional para a Investigação da Paz, fundado em Oslo pelo investigador de ascendência norueguesa, Johan Galtung, este último bastante popularizado nos anos 60 e 70 do século XX pelos seus trabalhos sobre a violência estrutural, conforme vimos anteriormente. Mas, a contestação mais radical às abordagens racionalistas-empiricistas dominantes na disciplina não veio tanto das teorias críticas, embora estas também se confrontem duramente com o realismo nas suas diferentes formas, mas mais dum conjunto de ideias que, embora até certo ponto entonquem no ideário da Escola de Frankfurt, têm outras fontes de inspiração, e fizeram evoluir o estruturalismo de tipo mais ou menos marxista e racionalista, para um pós-estruturalismo, ou pós-modernismo³, em graus variáveis anti-racionalista e anti-empiricista, o qual normalmente está obcecado pelo(s) poder(es) instituído(s) dentro e/ou fora do Estado.

³ Por simplificação, optámos por utilizar apenas a expressão «pós-modernista» no noso texto, a qual, no sentido amplo em que a utilizamos, abrange, também, o pós-estruturalismo, negligenciado os particularismos desta última corrente teórica.

A abordagem pós-modernista⁴

A génese mais próxima deste movimento encontra-se nos anos 60 e 70 do século XX, em trabalhos de teor mais ou menos filosófico e com preocupações epistemológicas, como os de Michel Foucault, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Jacques Lacan, Jean François-Lyotard, Bruno Latour e Paul Virilio, entre outros. Num esforço de precisão terminológica bastante simplificador, podemos dizer que o principal elemento aglutinador desta corrente intelectual é a rejeição, mais ou menos explícita, da tradição racionalista do Iluminismo, da ideia de uma progressão do conhecimento humano e social, e da existência de uma realidade objectiva exterior ao indivíduo e susceptível de ser apreendida pela Ciência através do método experimental. Neste sentido, o discurso pós-moderno, pelo menos nas suas versões mais radicais, é um discurso anti-ciência e anti-poder instituído, mais ou menos na linha do conhecido *slogan* «é proibido proibir»⁵, sendo o seu método próprio de pesquisa, o método arqueológico-genealógico.

As raízes deste método radical de investigação anti-*establishment*, popularizado pelas análises pós-modernas encontram-se na (re)leitura e (re)interpretação da filosofia relativista-niilista de Nietzsche, popularizada por Foucault no início dos anos 70 do século XX. Num texto famoso nos anais do pós-modernismo, onde analisou a utilização e os jogos de palavras feitos com os termos *Ursprung* (origem) e *Herkunft* (proveniência),

⁴ Em si mesma, a expressão «pós-modernista» é uma fonte de ambiguidades ao sugerir algo que já não é «moderno». Para essas ambiguidades contribui muito o «pós» cujo sentido exacto não é claro, sendo antes variável conforme os discursos em causa. Tanto pode apontar para uma evolução do modernismo, como para algo que vem a seguir ao modernismo, como ainda para a negação ou rejeição do mesmo, como é o caso da formulação mais radical, que é o sentido em que utilizamos a expressão neste trabalho. Todavia, há ainda uma outra ambiguidade associada àquilo que podemos designar como a «guerra dos rótulos», a qual resulta do facto de vários autores que normalmente são rotulados como «pós-modernistas» recusarem essa classificação. Esse era, por exemplo, o caso de Michel Foucault, e é, também, dentro da disciplina, o caso de James Der Derian, que se considera um modernista tardio, e não um pós-modernista.

⁵ Este *slogan* foi popularizado sobretudo em França, durante a contestação estudantil e social de Maio de 1968, contra o poder conservador gaulista.

Foucault assinalou que a percepção das diferenças da sua utilização⁶ no discurso nietschziano, era fundamental para a compreensão do trabalho do genealogista, sendo a palavra *Herkunft* a que melhor traduzia o objecto próprio da genealogia (a pesquisa da proveniência). Esta devia ser alicerçado na «minúcia do saber», na «obstinação da erudição» e numa vontade de «querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira» denunciando a hipocrisia social que se esconde por detrás da mesmas. Atente-se nas palavras do próprio Foucault (1979 [1992]: 17-18) sobre os resultados a que conduz a actividade do genealogista:

Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele apreende? Que atrás das coisas há «algo inteiramente diferente» [...] A razão? Mas ela nasceu de uma maneira inteiramente «desrazoável» – do acaso. A dedicação à verdade e ao rigor dos métodos científicos? Da paixão dos cientistas, de seu ódio recíproco, de suas discussões fanáticas sempre retomadas, da necessidade de suprimir a paixão – armas lentamente forjadas ao longo das lutas pessoais. E a liberdade, seria ela, na raiz do homem o que o liga ao ser e à verdade? De facto ela é apenas uma «invenção das classes dominantes».

Como explicou o filósofo John Rajchman (1985: 98), um dos mais convictos intérpretes norte-americanos de Foucault, o interesse por Nietzsche resultou da vontade de encontrar um modelo alternativo para o intelectual *engagé*, diferente do fornecido pelo *establishment* tradicional, da esquerda racionalista de inspiração marxista. Este modelo foi aquele que mais tarde viria a ser designado por Julia Kristeva como o intelectual «dissidente». Desta maneira, os escritos de Nietzsche alicerçados no método genealógico, ao transformarem o problema do saber num problema sobre o poder, sugeriram-lhe esse papel. Este consiste, mais precisamente, em reclamar a liberdade de tudo poder questionar, de efectuar

⁶ «Um dos textos mais significativos do uso de todas estas palavras e dos jogos próprios do termo *Ursprung* é o prefácio de *Para a Genealogia da Moral*. O objecto da pesquisa é definido no início do texto como a origem dos preconceitos morais; o termo então utilizado é *Herkunft*. Em seguida, Nietzsche volta atrás, fazendo a história da sua própria vida; ele se lembra do tempo em que *caligrafava* a filosofia e em que se perguntava se era preciso atribuir a Deus a origem do Mal. Questão que agora o faz sorrir e sobre a qual ele diz justamente que era uma pesquisa de *Ursprung*» (Foucault, 1979 [1992]: 17).

problematizações sem as finalizar, *i. e.*, de não dar respostas, de adoptar uma «filosofia de risco» que é uma «interminável questão de liberdade», em detrimento de uma filosofia fundacional, rejeitando, por isso, o comprometimento com as instituições políticas e sociais vigentes (Rachman, 1985: 106).

Todavia, o problema que se levantava a Foucault era o de que, para poder prosseguir a sua tarefa político-ideológico-filosófica, que passava pela apropriação do método genealógico concebido originalmente pelo filósofo germânico, precisava de limpar, previamente, a imagem de Nietzsche, conotada com o ideário fascista-nazi, e operar a sua (re)orientação ideológica para as grandes causas da esquerda político-ideológica mais radicalmente anti-*establishment*. Isso foi o que Foucault tentou fazer através de uma estratégia deliberada de (re)interpretação dos seus escritos e do seu ideário anti-humanista (Rajchman, 1985: 99):

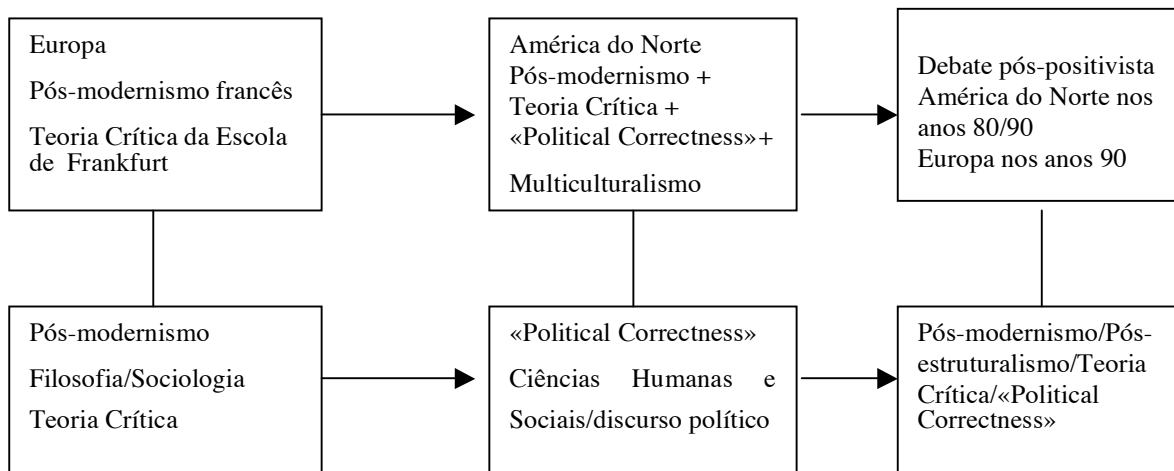
Podemos inferir, pelo menos, uma estratégia no uso/comentário de Foucault da genealogia de Nietzsche: uma tentativa de «desnazificar» a sua filosofia e, em particular, o seu anti-humanismo; dar-lhe uma outra espécie de interpretação política. Os grandes filósofos anti-humanistas, Heidegger e Nietzsche, tinham sido ambos utilizados pelos ideólogos nazis [...] Foucault fez de Nietzsche o filósofo de uma nova espécie de liberdade e de uma nova espécie de política que pode, precisamente, não ser a política de um Estado totalitário. No âmbito da sua obra nietzschiana ou «genealógica», Foucault elabora essa concepção de liberdade – liberdade não como fim da dominação mas como revolta dentro das suas práticas, e dominação não como repressão ou mistificação ideológica mas como formações dispersas de acção possível, que ninguém dirige ou controla.

Como se pode verificar, até pelo título do próprio trabalho de John Rachman, *Michel Foucault: The Freedom of Philosophy* (1985), nos anos 80 do século XX os trabalhos dos pós-modernistas franceses começaram a ter grande divulgação na América do Norte, tornando-se, a partir daí, numa corrente de referência, e de moda, em todo o Mundo Ocidental, que invadiu, em graus variáveis, os diversos domínios do conhecimento. A sua

aceitação significativa, que se verificou, e continua a verificar, em certos meios universitários norte-americanos, pode ser explicada por várias razões, que vão desde os méritos intrínsecos deste discurso, até ao facto de este se ter convertido numa moda académica e intelectual, passando pela explosão da *political correctness*, um movimento académico, social e político originário da sociedade multiétnica e multirracial da América do Norte, que se expandiu para a Europa Ocidental no início dos anos 90 do século XX. Neste contexto histórico, o de uma América multicultural dominada politicamente pelo conservadorismo das administrações de Ronald Reagan e de George Bush, nos anos 80, o discurso filosófico pós-moderno, particularmente o elaborado na esteira de Foucault, com as suas pretensões de denúncia das hipocrisias sociais e de promoção da transformação social, tornou-se o substracto teórico ideal para legitimar a reacção política e académica de contestação social (*idem*: 105):

Intelectual e politicamente [a filosofia de Foucault], está orientada para a existência da controvérsia concreta, conflito, debate, paradoxo acerca da subjectividade: nas exigências das revoltas em prisões, nas objecções às instituições psiquiátricas, nas reivindicações dos «desviantes» sexuais e nas políticas das formas culturais modernistas e pós-modernistas.

Assim, consegue-se perceber facilmente que os grupos norte-americanos minoritários, como os negros, os hispânicos, as feministas, os homossexuais, etc., e os simpatizantes com as suas causas, encontraram neste discurso filosófico os argumentos intelectuais e políticos que necessitavam para denunciar a alegada opressão a que estavam sujeitos, feita pelos valores e instituições do *establishment* político tradicional, dominado pelos WASP's, a elite dirigente norte-americana de origem anglo-saxónica, branca e protestante.

Figura 3 – A gênese do debate pós-positivista nas RI

Nos meios acadêmicos norte-americanos o debate e as *culture wars* que lhe estão associadas, acabou por alastrar aos *curricula* dos diversos cursos das Ciências Humanas e Sociais e à orientação teórica dos conteúdos das próprias disciplinas que integram esses mesmos cursos, o que levou a que em muitas universidades públicas estes fossem (re)construídos à medida das reivindicações acadêmico-políticas, e dessem lugar a um novo etnocentrismo⁷, em que o mais importante, não foi o rigor científico, nem sequer a verdade histórica, mas promover um discurso anti-WASP, ou anti-eurocêntrico⁸. Quanto à afirmação das genealogias e das desconstruções como novo cânone de investigação, estas têm um marco no trabalho do acadêmico norte-americano de origem palestina, Edward Said, professor de Literatura na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Em *The Orientalism*, publicado originalmente em 1978, efectuou uma análise que é considerada uma referência precursora no âmbito do pensamento pós-modernista⁹ e com grande

⁷ V. Schlesinger (1991[1998]), em especial o terceiro e o quarto capítulos.

⁸ «Cultural Pluralism is a necessity in an ethnically diversified society. But the motives behind curriculum reform sometimes go beyond the desire for a more honest representation of the past. 'Multiculturalism' arises as a reaction against Anglo-or Eurocentrism; but at what point does it mutate into an ethnocentrism of its own? The very word, instead of referring as it should to all cultures, has come to refer only to non-Western, non-white cultures» (Schlesinger (1991[1998]: 80).

⁹ Na América do Norte, Edward Said foi um dos primeiros a adoptar o método das genealogias proposto por Michel Foucault, no âmbito as Ciências Humanas (Estudos Literários) e, tal como este, procurou denunciar e combater «os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um

receptividade entre os movimentos político-ideológicos pró-multiculturalismo, sobretudo nos favoráveis às causas políticas do Terceiro Mundo, da qual a mais mediatizada é a luta dos palestinianos contra Israel. Nesse trabalho, Edward Said desenvolveu uma argumentação baseada no que considerou serem «as representações fictícias do Oriente» Árabe-Islâmico, feitas na cultura ocidental, em trabalhos de tipo literário (Honoré de Balzac, Gustave Flaubert, etc.) de cariz académico-científico (Ernest Renan, Edward Gibbon, etc.) e no discurso político (Benjamin Disraeli, James Balfour etc.).

Na sua crítica, de índole político-cultural ao orientalismo, Said acusa os orientalistas de falta de objectividade científica, considerando-os influenciados pelos velhos preconceitos da Europa medieval contra o Mundo Islâmico, tão antigos como as próprias cruzadas. Nesta visão, as «representações» dos orientalistas ocidentais são qualificadas como «imaginárias», «imperialistas» e «colonialistas», sendo estes, por sua vez, vistos como um «instrumento de dominação» ao serviço do «Ocidente». Todavia, se o caminho proposto por Edward Said mereceu o vivo aplauso dos sectores mais pro-multiculturalismo da América do Norte, não deixou também de estar envolto em grande polémica e de ser objecto de uma forte rejeição, mesmo dentro dos meios liberais norte-americanos. Repare-se no teor do comentário irónico do antigo assistente do Presidente John F. Kennedy, o historiador Arthur Schlesinger (1991 [1998] :77), sobre este tipo de discurso, onde a História se converte numa espécie de arma de combate:

No American scholar has written more fondly about the Arab quest for identity or has more sharply accuses the West of imperialism and racism than the Palestinian-American Edward W. Said of Columbia. Yet Said sees his beloved Arab middle East the pathos of «an aggrieved and unfulfilled nationalism, beset with conspiracies». He warns against the «provincial and self-pitying posture that argues that a largely